Escola Superior de Engenharia e Gestão

Cadastro no MEC: 4104

Relatório de Autoavaliação Institucional

Ano: 2013

Índice Página

Destaques 2013	3
Avaliação pelo corpo docente	6
Avaliação pelo corpo discente	8
Avaliação pelo corpo técnico-administrativo	10
Avaliação por egressos	11
ANEXO 1: Projeto de autoavaliação	13
ANEXO 2: Palestra de sensibilização	31
ANEXO 3: Palestras por especialistas	38
ANEXO 4: Campanha ESEG de Comunicação	39

DESTAQUES 2013

1. Ações internas
    - Consolidação do setor de Apoio ao Aluno, tendo como componente mais forte a orientação individualizada a todos os ingressantes, afora o atendimento ao veterano, quando por este solicitado ou por antecipação a uma situação detectada; os alunos contam também com o apoio de Setor Psicopedagógico.
    - Consolidação do sistema de avaliação acadêmica continuada implantada pela Coordenação do Curso sob a orientação do Diretor Geral.
    - Implantação de sistema de sinalização e comunicação visual desde a entrada até o andares onde funcionam todos os setores da Faculdade.
    - Elaboração de um Projeto de Marketing e de Comunicação Externa, tendo como ponto focal o 1º lugar obtido pela Engenharia de Produção na Grande São Paulo (segundo o MEC)
    - Implantação do novo projeto para a área de convivência
    - Consolidação do sistema de Registro de Ocorrências na faculdade implantado no 2º semestre de 2012. As ocorrências são registradas de acordo com os seguintes setores: Acadêmico, Apoio ao Aluno, Biblioteca, Direção, Financeiro, Secretaria e Tecnologia da Informação. Procura-se tomar uma medida em relação à ocorrência é tomada, com a máxima brevidade possível após o seu registro formal; não poucos registros são equacionados em um prazo de 48 horas;
    - O Termo de Integridade Acadêmica integrou-se ao "credo" institucional;
    - A escolha do representante do corpo discente – uma aluna - para integrar a CPA com mandato de dois anos;
    - Atualização do Projeto ESEG de auto-avaliação **(anexo 1**). A edição anterior era datada de maio de 2007;
    - Realização de palestras de sensibilização (**anexo 2)**;
    - O "Ciclo ESEG de Gestão" é realizado semestralmente sendo composto de eventos que contemplam a palestra de abertura do semestre, mais duas ou três apresentações com

temas e personalidades relevantes para a área da gestão. O "Encontro de Comunicação Empresarial da ESEG", que se insere no Ciclo ESEG de Gestão, é uma apresentação que contém palestrantes externos e alunos da ESEG que relacionam a comunicação empresarial e os temas do mundo corporativo. O encontro é coordenado pelo docente da disciplina de Comunicação Empresarial. O "Ciclo ESEG de Gestão" é realizado no auditório e é necessária a inscrição prévia dos alunos que eventualmente podem trazer convidados, como pais e amigos. O evento é avaliado semestralmente pelos presentes em todas as apresentações realizadas e as boas notas recebidas demonstram a aprovação da comunidade ESEG. O ciclo pode ser contabilizado como "Atividade Complementar" pelos discentes. No ano de 2013 foram realizadas 9 palestras (**anexo 3**);

- Mesmo com a mudança do prestador de serviço na área de alimentação as reclamações quanto à qualidade dos serviços não diminuíram;
- Atendimento a reivindicação de alunos para que pudessem utilizar as quadras poliesportivas em horários perfeitamente definidos. A prática esportiva foi incluída na grade curricular como matéria optativa e designada uma professora de Educação Física.

2. Ações externas
    - Realização de 111 palestras de orientação profissional na área da Engenharia em escolas públicas, particulares e cursos pré- vestibulares e participação em 27 feiras dirigidas para estudantes do ensino médio e ensino técnico.
    - Entrevista concedida à Rede do Saber do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza do Governo de Estado de São Paulo, CEETEPS.
    - Realização da 4ª edição do Prêmio ESEG de Gestão. O evento premia formandos, orientadores e escolas técnicas do CEETEPS classificados nos três primeiros lugares. Em 2013 foram submetidos 265 trabalhos
    - Publicação de três trabalhos de iniciação científica, sendo um internacional;
    - Programa Ciência sem Fronteiras
    - Campanha ESEG de Comunicação (**anexo 4)**

3. Avaliações via questionário

Cumpre observar que a avaliação institucional é uma preocupação institucional que ultrapassa as ações empreendidas pela CPA, como por exemplo, as palestras de sensibilização.

Assim é que a identificação de problemas, ocorrências, reclamações de qualquer membro da comunidade acadêmica pode se dar através do Apoio ao Aluno, da Coordenação Acadêmica, da Secretaria Escolar, de inspetores.

A participação nessas avaliações foi de:

- Docentes = 95%
- Alunos =67,5%
- Pessoal de apoio = 100%

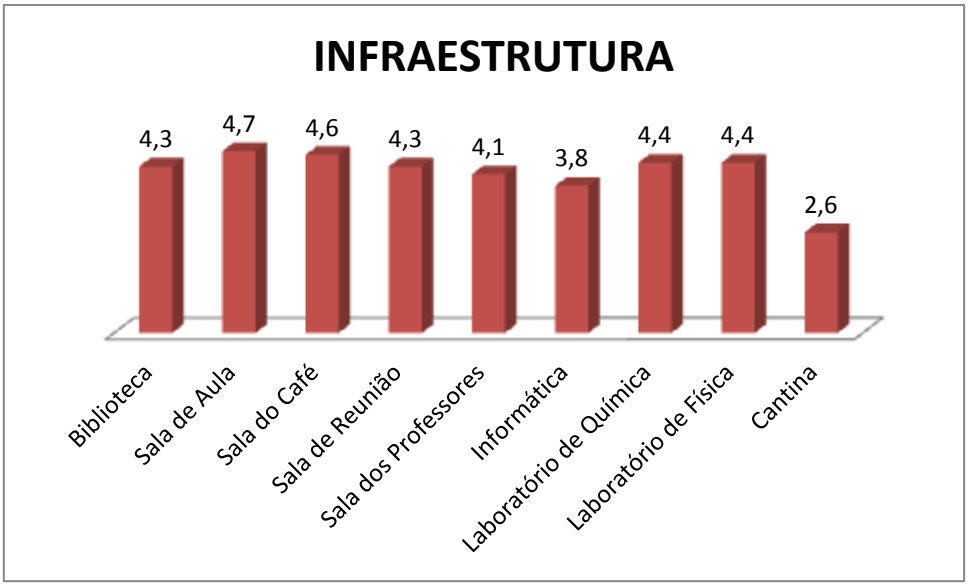
Essa participação é significativamente superior à registrada em 2012: 59% para docentes, 46% para alunos e os mesmos 100% para pessoal de apoio.

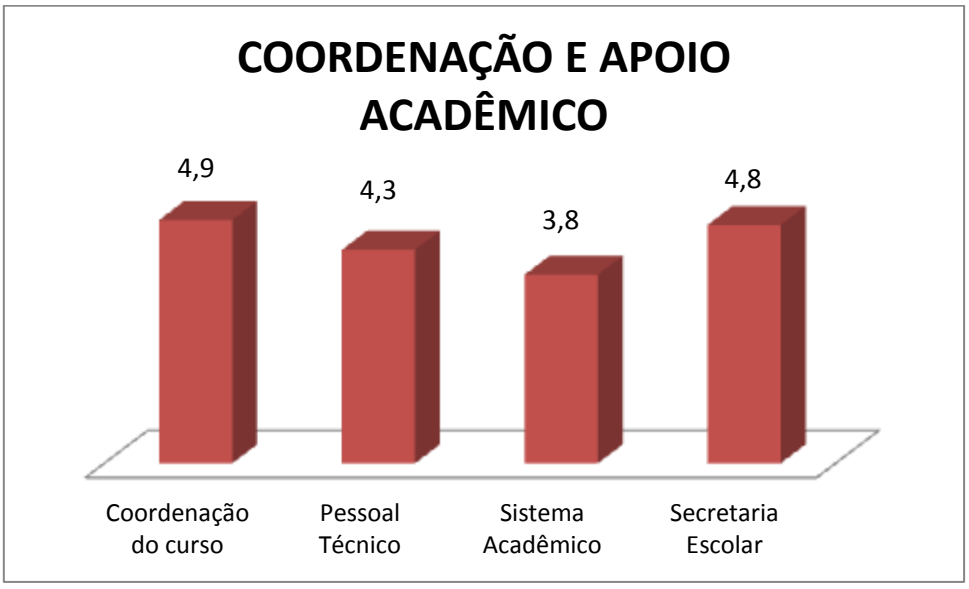
A CPA havia adotado dois anos atrás 7,0 como nota de corte, ou seja, a nota mínima aceitável para cada item avaliado. Desde o Relatório de 2012 passou-se para adoção do sistema de notas do SINAES. Assim a nota de corte passou a ser 3,5. Com este critério alerta-se para o sinal vermelho para os seguintes itens avaliados:

- Pelo corpo docente = cantina (2,6)
- Pelo corpo discente = cantina (1,9), área de convivência (3,1) e gestor acadêmico (3,4)
- Pelo pessoal técnico-administrativo = estímulos e oportunidades para o funcionário se desenvolver (3,1)

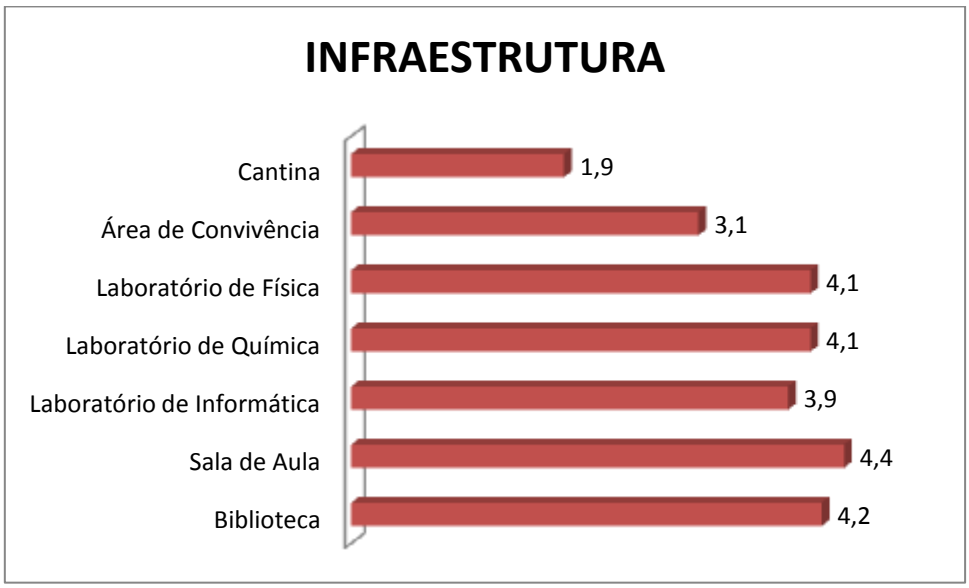
No que diz respeito à avaliação feita por egressos destaque-se que a menor nota atribuída foi 4,0, relativa a atividades complementares. Na página 11 encontra-se o gráfico das avaliações bem com alguns pareceres de egressos.

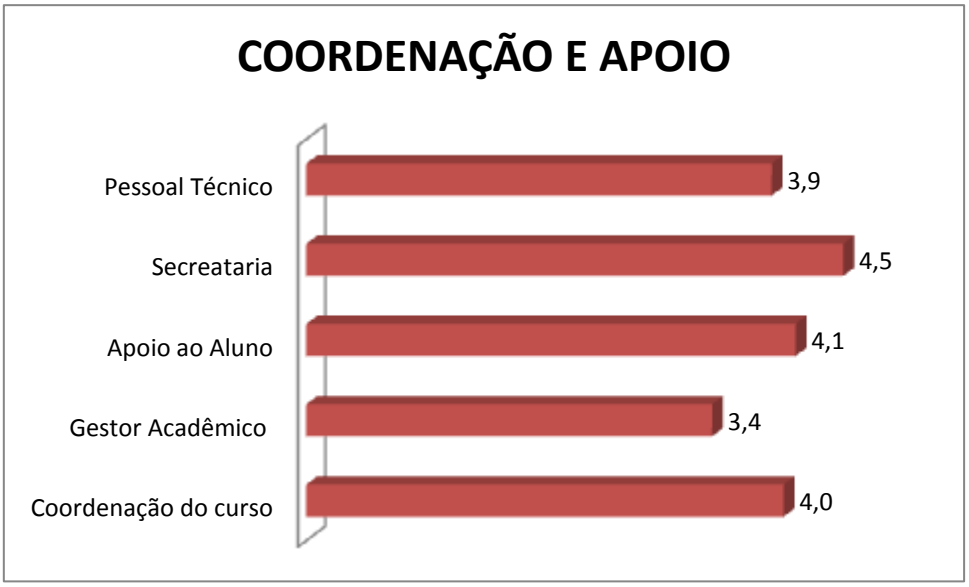
AVALIAÇÃO PELO DOCENTE


INFRAESTRUTURA
4,3
4,7
4,6
4,3
4,1
3,8
4,4
4,4
2,6
Biblioteca
Sala de Aula
Sala do Café
Sala de Reunião
Sala dos Professores
Informática
Laboratório de Química
Laboratório de Física
Cantina


COORDENAÇÃO E APOIO ACADÊMICO
4,9
4,3
3,8
4,8
Coordenação do curso
Pessoal Técnico
Sistema Acadêmico
Secretaria Escolar

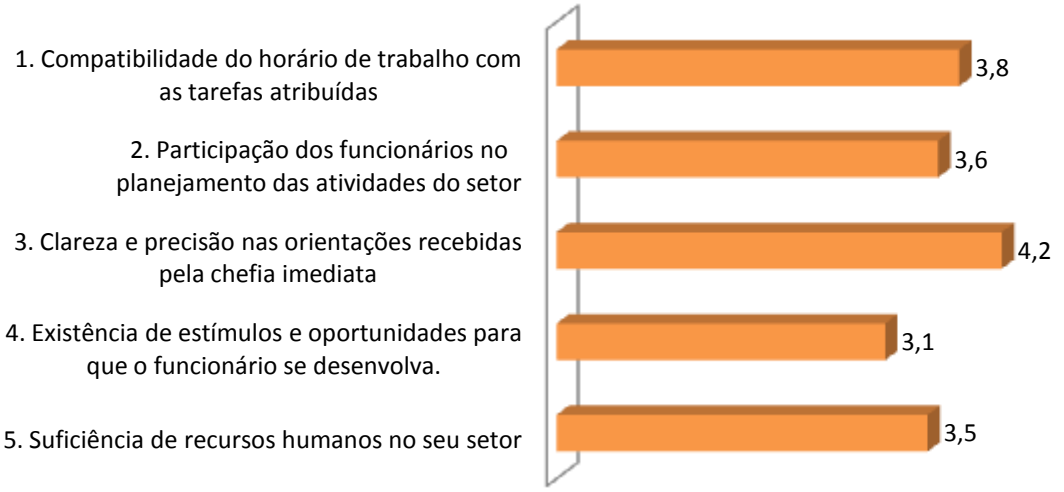
AVALIAÇÃO PELO CORPO DISCENTE


INFRAESTRUTURA
Cantina
1,9
Área de Convivência
3,1
Laboratório de Física
4,1
Laboratório de Química
4,1
Laboratório de Informática
3,9
Sala de Aula
4,4
Biblioteca
4,2

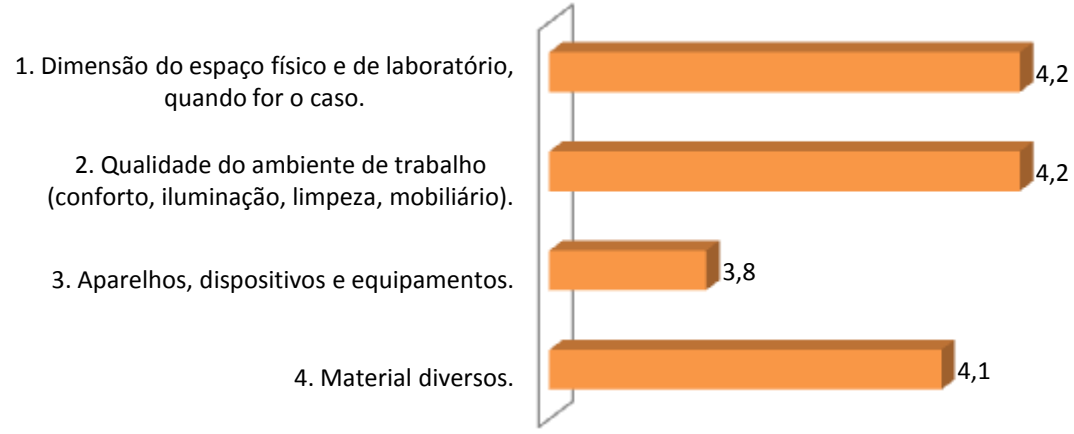

COORDENAÇÃO E APOIO
Pessoal Técnico
3,9
Secreataria
4,5
Apoio ao Aluno
4,1
Gestor Acadêmico
3,4
Coordenação do curso
4,0

AVALIAÇÃO PELO CORPO TECNICO-ADMINISTRATIVO

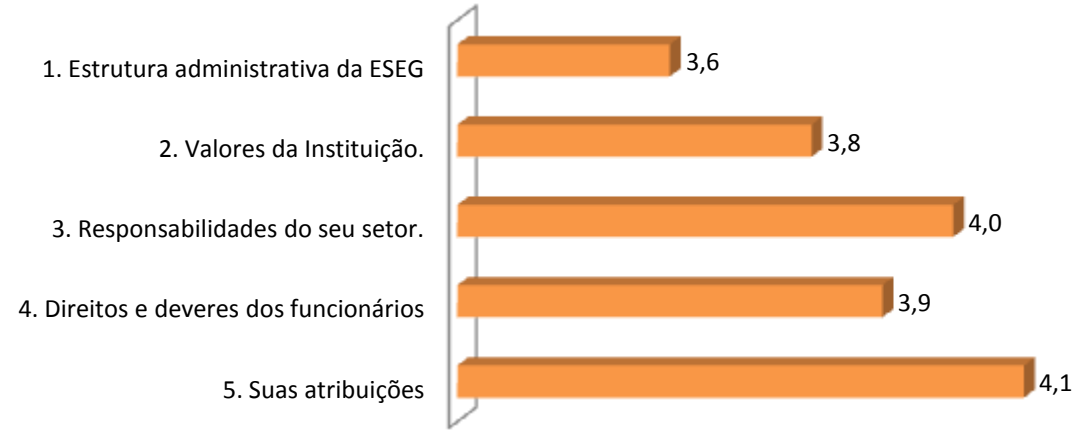
Condições operacionais

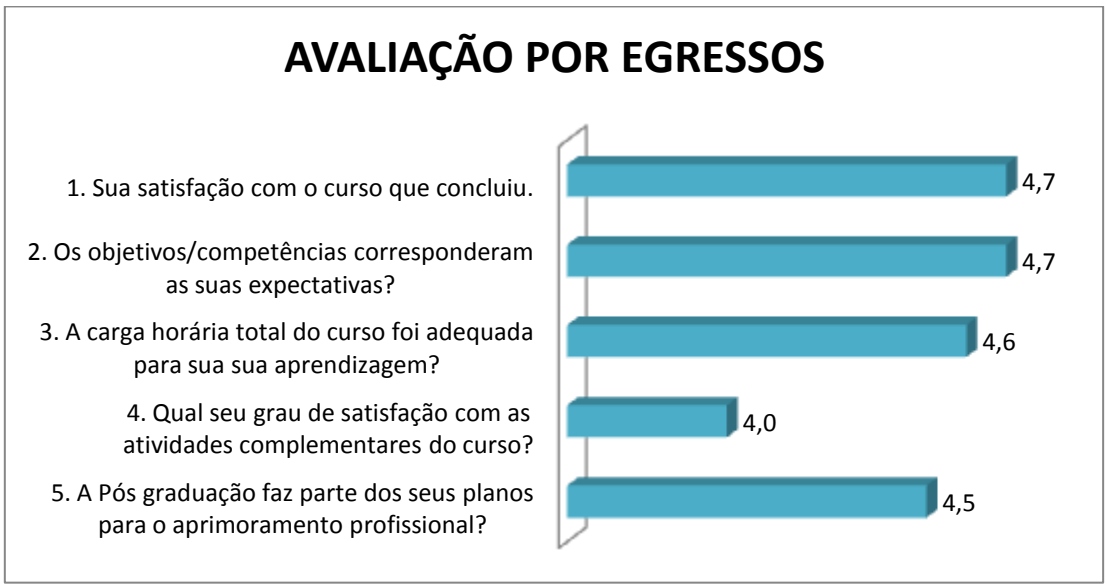


Infraestrutura



Conhecimento sobre:





Alguns pareceres:

1. Trabalhei dois anos na área de Projetos em Logística (Operações e Distribuição) em uma empresa multinacional de alimentos, hoje estou fazendo pós-graduação em Supply Chain Management, no Canadá, e posso afirmar que a graduação em Engenharia de Produção na ESEG foi excelente e forneceu toda a base, conceitos e aplicações para que meu desempenho fosse reconhecido durante o período em que trabalhei. Garanto, também, que o aprendizado que tive está no mesmo nível do que vejo na pós-graduação, tanto é que por enquanto, está sendo uma revisão do que tive na graduação. Sei que o interesse em aprender é do aluno, mas sugiro aumentar a "propaganda" sobre Iniciação Científica, dando possibilidade dos alunos escolherem os temas.
2. A área de convivência estava se tornando pequena pela quantidade de alunos que estavam ingressando e os computadores da biblioteca já não recebiam a atenção merecida pela área de suporte e manutenção.
3. A estrutura das salas de aula e dos laboratórios sempre foi diferencial da ESEG perante outras instituições.
   Outro destaque era a disponibilidade dos professores para atender os alunos fora do horário de aula. Eles não só atendiam com boa vontade, mas também nos incentivavam e procuravam maneiras que mais se adequassem aos alunos que estavam com dificuldades para entender o conteúdo.
4. Na minha época e turma, a quantidade excessiva de provas nos fazia perder o foco em algumas matérias.
5. A ESEG foi uma instituição de ensino que impactou muito a minha vida profissional. Tive a oportunidade de estudar na ESEG por 5 anos e hoje estou fazendo mestrado nos Estados Unidos em Global Leadership e sem dúvida o curso de EP me preparou para esta nova fase da minha vida.

ANEXO 1

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO

PRESSUPOSTOS DA AUTOAVALIAÇÃO

1. Aspectos legais

O SINAES, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, criado através da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem por objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes", nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9394, de 20/12/1996.

O Sistema fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em momentos diferentes:

- Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES, que é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação, possuindo duas componentes:
  - *Autoavaliação – coordenada pela CPA de cada IES e*
  - *Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES*.
- Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG
- Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE

Entre os princípios fundamentais do SINAES pode-se citar a responsabilidade social com a qualidade da educação superior, o reconhecimento da diversidade do sistema, o respeito à identidade, à missão e à história das instituições.

A Portaria nº 2051, de 9/07/2004, regulamenta os procedimentos do SINAES, definindo as competências da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Segundo o capítulo III – da Avaliação -, a realização das avaliações será de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, que instituirá a Comissão Assessora de Avaliação Institucional e Comissões Assessoras de Áreas.

Conforme art. 5º, as Comissões Externas de Avaliação Institucional e as Comissões Externas de Avaliação de Cursos serão designadas pelo INEP, para as avaliações in loco. O art. 7º refere-se às **Comissões Próprias de Avaliação – CPAs**, previstas no art. 11 da Lei 10861, cuja atribuição é a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e prestação de informações ao INEP; Deve ter autonomia recomenda em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados, buscar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e realizar ampla divulgação de sua composição e atividade. A Portaria nº 107, de 22/07/2004 dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

2. Razão formal e as motivações institucionais

Os aspectos legais, resumidamente apresentados no item 2.1, constituem a razão formal pela qual a auto-avaliação deve ser conduzida respeitada as condições básicas contidas na publicação:

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA -
Revisado em setembro de 2010.

Se a instituição se ativesse tão somente a estes aspectos ela estaria cumprindo um rito, que, seguido à risca, já seria, por si só, de grande utilidade para a Instituição. Atente-se, no entanto, que as motivações institucionais ultrapassam a razão formal. Um trabalho que estiver

sendo conduzido resultar numa "nota 3", indicará a prevalência do mínimo indispensável em contraposição ao máximo almejado.

O trabalho desenvolvido no ensino superior requer acompanhamento e a necessária avaliação para consolidar, redefinir e buscar novos rumos institucionais que evidenciem a construção do processo de expressão da vida acadêmica da Instituição.

A ESEG entende que o processo de auto-avaliação institucional deve abranger as diferentes dimensões que vão do ensino à gestão acadêmica, passando pela pesquisa - inicialmente como iniciação científica – e pela extensão.

A necessidade de implantar o processo avaliador institucional na ESEG decorre dos próprios objetivos formadores, legitimamente expressos nos dispositivos regimentais, que evidenciam referências para que a avaliação constitua caminho adequado para a tomada de decisões em nível institucional.

Tomando como referencial principal o PDI partirá da reflexão, interrogando o próprio PDI, para delimitar metas, propor ações e estabelecer propostas de indicadores de desempenho para o desenvolvimento das práticas acadêmicas.

A exigência da avaliação institucional no interior das práticas acadêmicas da ESEG evidencia a preocupação do Grupo ETAPA Ensino e Cultura com o oferecimento de ensino superior adequado às necessidades da comunidade em que está inserido, na medida em que busca enfatizar uma prestação de serviços, tendo como indicador a qualidade científica de seus processos de formação humana e profissional, que serão construídos no seu espaço acadêmico, bem como o que se compreende como indicador de qualidade para os cursos, programas, encaminhamentos didáticos, atividades práticas, desempenho docente e gestão administrativa.

Outra dimensão desejada pela instituição, em seu projeto de avaliação institucional, consiste na busca do seu reconhecimento social e de sua integração regional. Para tanto, os indicadores de qualidade dos serviços prestados deverão ser construídos na perspectiva de um trabalho socialmente relevante.

O projeto de avaliação institucional da ESEG está sendo construído na perspectiva do plano de desenvolvimento institucional concebido com a finalidade de tornar-se atividade cotidiana na instituição inclusive no que diz respeito à possibilidade de participação de todos os segmentos acadêmicos.

A ESEG dará ampla divulgação dos resultados por meio de publicações internas e externas, bem como por meio do site oficial da Faculdade, o que, aliás, já possui como prática regular na unidade de ensino médio.

O processo de autoavaliação ensejará a adequação e a reformulação dos critérios e das atividades que requeiram melhorias e modificações por meio da construção de um Plano de Ação intensamente refletido no âmbito da Faculdade, visando assim o comprometimento de todos.

3. Requisitos básicos

A CPA precisa contar com o comprometimento explícito da parte da direção da Instituição que deverá garantir a sua mais completa autonomia de atuação. Direcionamentos de qualquer natureza seriam prejudiciais, pois estariam imprimindo um rumo ideológico em um trabalho que, se bem conduzido, refletirá o caráter democrático que deve nortear a atuação da Comissão.

A CPA deve contar, em sua composição, com representantes de todas as áreas da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Sem favorecer um segmento em particular, a comissão é

formada por igual número de representantes do corpo docente, do corpo discente, do setor técnico – administrativo e da sociedade civil organizada, além do Coordenador. Os membros da CPA precisarão inteirar-se da estrutura organizacional, de documentos e das funções atribuídas a órgãos do MEC direta ou indiretamente envolvidos com a Faculdade e, por via de conseqüência, com a CPA, quais sejam: INEP, SESu, CONAES, SINAES, ENADE e CNE. Além disso, um documento interno será referência de cabeceira para a CPA: o PDI e suas repercussões sobre os PPC.

A conscientização da comunidade acadêmica quanto à importância da avaliação institucional é talvez a componente mais importante de todo o processo desde que se consiga transformar esta importância conceitual em adesão e participação efetivas.

A Comissão deve garantir que as informações que forem colhidas serão confiáveis, abrangentes e que nenhum aspecto deixará de ser avaliado. Este requisito constitui-se em condição necessária para o que deve decorrer como consequência, qual seja, a utilização dos resultados colhidos dentro de um planejamento a ser sugerido à direção da Faculdade.

O regulamento da CPA da ESEG está no Anexo I.

OBJETIVOS DO PROJETO DA AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação interna terá como abrangência aquela ditada pelas dez dimensões da avaliação institucional definidas nas "Orientações Gerais para o Roteiro da Auto - Avaliação das Instituições" de 2004 do CONAES. A comunidade acadêmica será instigada, ao longo do processo contínuo da avaliação interna, a refletir e propor, quando for o caso, alterações no próprio Regimento e no PDI, bem como em suas decorrências pedagógicas, os PPCs, tendo em vista a melhoria continuada da qualidade pedagógica e da eficiência administrativa.

São objetivos específicos do projeto:

- Integrar todos os segmentos acadêmicos nos esforços avaliativos;
- Desenvolver indicadores apropriados para mensurar as atividades acadêmicas;
- Criar os meios de comunicação a fim de que todos os segmentos institucionais e da sociedade acompanhem e participem dos trabalhos da CPA;
- Avaliar todos os segmentos, que formam o complexo acadêmico, nos aspectos de eficiência gerencial e de comprometimento pedagógico (parte-se da crença que todos os segmentos devem estar comprometidos, mesmo que distantemente, à qualidade pedagógica da Faculdade, do mais simples auxiliar administrativo até o Diretor Geral).
- Identificar as deficiências, reduzindo-as, e as potencialidades, melhorando-as, orientando o trabalho tendo como referência as já mencionadas dez dimensões do SINAES;
- Questionar a propriedade e a pertinência das atividades e dos meios institucionais, particularmente, as referentes à política para o ensino, às políticas de pessoal e a infraestrutura física.

Nota de esclarecimento: O Grupo Etapa Ensino e Cultura professa a crença de que o valor agregado à instituição ficará aquém do desejado se não forem cumpridas algumas exigências:

- Promoção e reforço do aprendizado de caráter permanente;
- O respeito à diversidade cultural;
- Criação, através do ensino comprometido com a valorização do ser humano, de condições para a mobilidade social;
- Conscientização das pessoas que são detentoras, como membros do Estado, de direitos civis e políticos e que devem desempenhar os deveres que a Nação deles espera e
- Promoção de atividades culturais e lúdicas.

Estes princípios do Grupo permitem aprofundar tópicos específicos das dez dimensões.

METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO

Uma vez constituída a CPA cada um dos seus membros terá a responsabilidade de sensibilizar os colegas mais próximos. A proximidade é ditada, não apenas pela função exercida, mas é também pelo respeito angariado na comunidade acadêmica. A eles caberá como tarefa inicial o conhecimento aprofundado do PDI e de dois documentos do MEC, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e o texto orientador da CONAES – Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior.

O domínio pelos membros da CPA dos conteúdos documentais é indispensável para a sensibilização da comunidade acadêmica.

A definição dos instrumentos avaliativos, a elaboração dos instrumentos avaliativos, a coleta e análise dos resultados, a apresentação para críticas da comunidade interna e a redação e divulgação dos resultados colhidos, são as partes constitutivas da metodologia. O seu desenvolvimento tem como pano de fundo as dimensões (anexo) previstas no roteiro de autoavaliação institucional, em conformidade com o que dispõe o SINAES.

1. Plano de atividades

As atividades previstas estão agrupadas em seis fases descritas a seguir.

Fase A - Conscientização

- Sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância do seu engajamento no desenvolvimento do processo avaliativo. Esta atividade será conduzida através reuniões setoriais e palestras institucionais dirigidas a toda comunidade;
- Realização de reuniões setoriais visando recepcionar ideias, sugestões e demandas;
- Apresentação instrumentos de partida para a autoavaliação: SINAES (Orientações gerais para o roteiro de autoavaliação das instituições), o PDI e o projeto de autoavaliação.

Fase B – Instrumentos de avaliação

- Construção de instrumentos para coleta de dados, particularmente os questionários de avaliação dos docentes pelos discentes, da coordenação dos cursos pelos docentes respectivos, da instituição pelos docentes e pelo corpo técnico – administrativo;
- Entrevistas individuais e em grupo;
- Aprimoramento dos instrumentos usados na coleta de dados.

Fase C – Aplicação dos instrumentos de avaliação

- Os questionários serão disponibilizados para preenchimento on-line, mantendo-se o anonimato do respondente;
- As entrevistas individuais feitas com todos aqueles que têm responsabilidade ditada pela estrutura hierárquica;

- As entrevistas em grupo serão feitas com os auxiliares técnicos e administrativos e com membros do corpo discente até cinco participantes, sendo estes escolhidos por seus pares;

Fase D – Análise e interpretação

- Participação dos diferentes segmentos institucionais na interpretação dos dados coligidos.
- Identificação de pontos fracos sejam eles organizacionais, administrativos e pedagógico em seu sentido mais amplo.
- Proposta de plano de ação ao Diretor Geral, sugerindo a implementação em função da importância/gravidade dos pontos fracos.

Fase E - Relatórios

- Elaboração e divulgação à comunidade acadêmica de relatórios anuais;
- A critério da CPA poderão ser divulgados resultados parciais da avaliação ao longo do período.
- Relatório final, ao cabo de três anos, da aprovação pelo MEC deste projeto.

Fase F – Retomada do processo

- Nova proposição para os três anos seguintes, incluindo de início uma crítica à autoavaliação, a fim de permitir elaborar um novo projeto. Assume-se que este ciclo irá se repetir, pois a autoavaliação é um processo que ocorre sem solução de continuidade.

2. Cronograma

A seguir é apresentado o cronograma de realização das fases planejadas.

Fases	Ano 2014 (trimestres)				Ano 2015 (trimestres)				Ano 2016 (trimestres)				Ano 2017
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
A – Conscientização													
B – Instrumentos de avaliação													
C – Aplicação dos instrumentos													
D – Análise e interpretação													
E – Relatórios													
F – Retomada do processo													

ESEG, março 2014

ANEXO

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO SOB A ÓTICA DE UMA COMISSÃO EXTERNA DE AVALIAÇÃO

DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI*).
5 pontos

1.1. Implementação do PDI*, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as propostas constantes do PDI* estão sendo **adequadamente implementadas**, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão **adequados** ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.

1.2. Articulação entre o PDI* e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas)
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando os resultados da auto-avaliação e das avaliações externas são adequadamente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI*, e constata-se a existência de ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos.

DIMENSÃO 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
35 pontos

2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.

2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso),

na modalidade a distância, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.

2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (lato sensu* e stricto sensu*), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (igual forma para faculdades, universidades e centros universitários).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (lato sensu* e stricto sensu*), na modalidade presencial, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, a IES* possui pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação stricto sensu*, todos recomendados pela CAPES*, havendo, dentre estes, no mínimo, um curso de doutorado*.

2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação lato sensu*e stricto sensu na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades realizadas na pós-graduação lato sensu e stricto sensu *, na modalidade a distância, observam os referenciais de qualidade desses cursos, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, com participação de número significativo de professores e estudantes.

2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
5 pontos

3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

3.2. Relações da IES* com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho.

Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as relações da IES* com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região.

3.3. Relações da IES* com a sociedade: inclusão social.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as ações da IES* com vistas à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas

3.4. Relações da IES* com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as ações da IES* com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

DIMENSÃO 4: A comunicação com a sociedade.
5 pontos

4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

4.2. Comunicação interna e externa.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES*.

4.3. Ouvidoria*.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho
20 pontos

5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.

Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

5.2. Formação do corpo docente.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Universidades e Centros Universitários:
Quando o corpo docente da IES tem experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES e 100% têm formação mínima em nível de pós-graduação *lato sensu*; desses, 70% possuem formação mínima em nível de pós-graduação *stricto sensu* e pelo menos 20% possuem o título de doutor.
Faculdades:
Quando todo o corpo docente tem, no mínimo, formação de pós-graduação *lato sensu* e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES.

5.3. Condições institucionais para os docentes.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Universidades:
Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES* em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral* (Lei 9.394/1996 – Art. 52).
Centros Universitários:
Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral* (Decreto 5.786/2006 – Art.1°).
Faculdades:
Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas e acompanhadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica.

5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando o perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão adequados às políticas constantes dos documentos oficiais da IES*. Além disso, o Plano de Cargos e Salários, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido.

5.5. Formação do corpo de tutores presenciais* e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância – EAD*).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando o corpo de tutores presenciais* tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

5.6. Formação do corpo de tutores a distância* e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância – EAD*).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando o corpo de tutores a distância* tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
5 pontos

6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI.

6.2. Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando a gestão institucional se pauta em princípios de qualidade, e resulta de diretrizes de ações.

6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando o funcionamento e a representatividade dos Conselhos Superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários

6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando o funcionamento e a representatividade nos colegiados de curso, ou equivalentes, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários

DIMENSÃO 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação
10 pontos

7.1. Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando a infraestrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, está coerente com a especificada no PDI.

7.2. Instalações gerais
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa (quando for o caso), para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios

didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas.

7.3. Instalações gerais nos pólos para educação a distância (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância – EAD*).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando há, nos pólos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa (quando for o caso), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade adequadas

7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca* (s).

7.5. Bibliotecas dos polos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (indicador exclusivo para IES* credenciada para modalidade a distância – EAD*).
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográf dos serviços da(s) biblioteca* (s).

DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional
5 pontos

8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resulta e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e efi da autoavaliação institucional da IES estão coerentes com o especificado no PDI.

8.2. Autoavaliação institucional
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando a Comissão Própria de Avaliação* está implantada e funciona adequadamente, há efeti participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e exter nos processos de autoavaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica.

8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando a IES implementa adequadamente ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da autoavaliação e das avaliações externas .

DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos discentes.
5 pontos

9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais.
Conceito referencial mínimo de qualidade:
Quando as políticas de atendimento aos discentes da IES estão coerentes com as especificadas PDI

9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos

Conceito referencial mínimo de qualidade:

Quando os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados.

9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente.

Conceito referencial mínimo de qualidade:

Quando se verifica a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social.

9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.

Conceito referencial mínimo de qualidade:

Quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos.

DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

5 pontos

10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.

Conceito referencial mínimo de qualidade:

Quando a sustentabilidade financeira da IES está coerente com a especificada no PDI.

10.2 Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

Conceito referencial mínimo de qualidade:

Quando se verifica a adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, incluindo-se a captação de recursos, e o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verba e os recursos disponíveis, e existe controle entre as despesas efetivas e as referentes à despesa corrente, de capital e de investimento.

10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Conceito referencial mínimo de qualidade:

Quando existem políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

ANEXO 2

PALESTRA DE SENSIBILIZAÇÃO

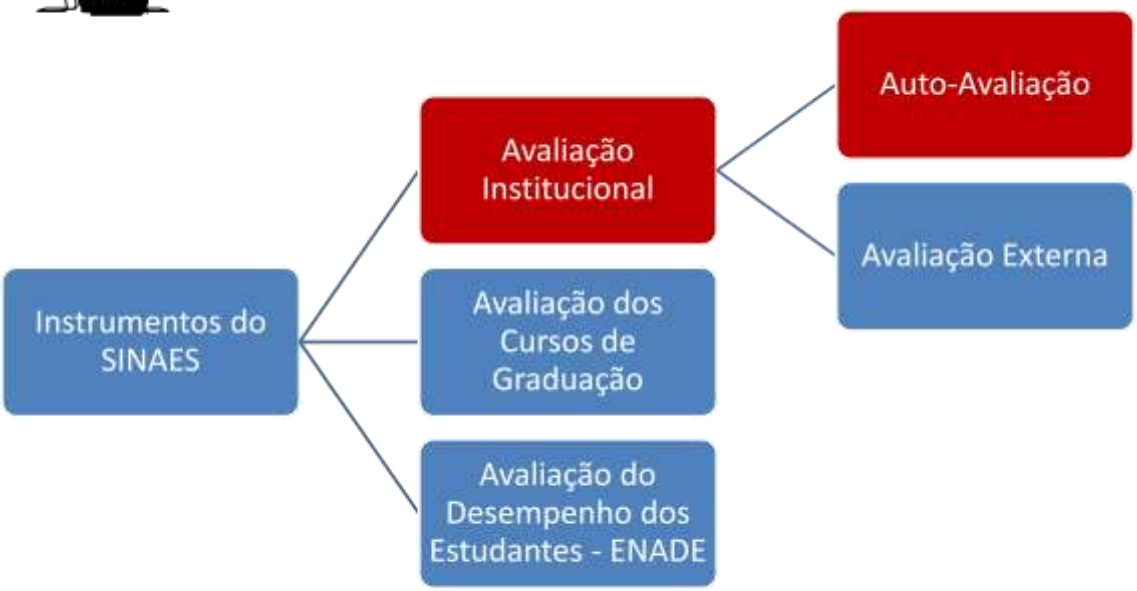
O SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – é um sistema de avaliação global e integrada das atividades acadêmicas, composto por três processos diferenciados:

- ❖Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)
- ❖Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) - **nota 5**
- ❖Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)

A Avaliação das Instituições, único processo a ser abordado nesta apresentação, possui duas componentes:

- ❑ Auto-Avaliação, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, CPA
- ❑ Avaliação Externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP

A Avaliação das Instituições deve ser conduzida , considerando as diferentes dimensões institucionais - dez obrigatórias definidas pela lei nº 10.861/04, artigo 3º



CPA – Atribuições e características

- **É responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP;**

- **Deve contar , na sua composição, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada;**

- **Deve funcionar de forma autônoma;**

- **É uma espécie de extensão do MEC dentro da instituição;**

- **Não possui função executiva.**

Dois deveres institucionais

- Estimular o pensamento próprio de cada aluno (e de cada profissional) envolvido no processo educacional.

- Propiciar condições para que cada estudante seja bem sucedido em suas atividades profissionais.

Dimensões Institucionais

1.Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

2.Políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização ;

3.Responsabilidade social da instituição;

4.Comunicação com a sociedade ;

5. Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;

6. Organização e gestão da instituição ;

7. Infra-estrutura física ;

8. Planejamento e avaliação ;

9. Políticas de atendimento a estudantes ;

10. Sustentabilidade financeira.

DIMENSÃO 2:
Políticas educacionais e as respectivas formas de operacionalização

• Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem)

• Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Ensino - aprendizagem

DIMENSÃO 4: Comunicação interna

- Meios e estratégias de comunicação utilizados;
- Eficiência e eficácia dos diferentes meios de comunicação;
- Qualidade dos meios de comunicação;

DIMENSÃO 7: Infraestrutura física

- Adequação da infraestrutura – *salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, equipamentos de informática, iluminação, mobiliário, acústica* – em função das atividades de ensino escolares;
- Políticas institucionais de conservação, atualização e segurança.

DIMENSÃO 8
Planejamento e Avaliação

• Adequação (atualidade) e efetividade do planejamento geral da instituição (PDI) e sua relação com o PPI e com os projetos pedagógicos dos cursos;

•Procedimentos e instrumentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades acadêmicas

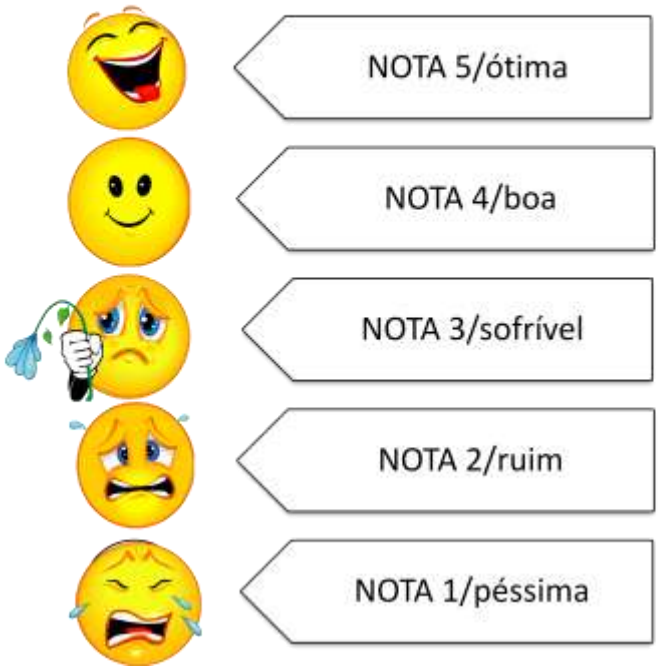
DIMENSÃO 9
Políticas de atendimento a estudantes

• Programas de apoio ao aluno e de acompanhamento psicopedagógico;

• Incentivo à participação em atividades de ensino, monitoria, iniciação científica e de intercâmbio;

• Atendimento por parte da secretaria escolar;

• Apoio e incentivo à organização estudantil.


NOTA 5/ótima
NOTA 4/boa
NOTA 3/sofrível
NOTA 2/ruim
NOTA 1/péssima

AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
para
decidir
Participe!

ANEXO 3

Palestras de especialistas

Primeiro Semestre:

1. Criar, Inovar e Aprender. Ousar, Avançar e Vencer sobre o futuro.
Prof. Dr. Osires Silva
2. Polos econômicos nacionais e os problemas com a infraestrutura brasileira.
Prof. Paulo Inácio
3. Utilização da estatística no mercado financeiro.
Engenheiro Thales Sakamoto
4. A importância da Comunicação Empresarial na Gestão de Pessoas.
Prof. Dr. Paulo Nasser e Profa. Dra. Sandra Terciotti

Segundo Semestre

5. Engenharia de Produção: perspectivas e desafios da profissão.
Prof. Dr. Henrique Corrrêa
6. Panorama da filosofia Lean em diversos segmentos no Brasil. Engenheiro Diogo D. Kosaka
7. Comunicação e Responsabilidade Social nas Empresas.
Profa. Dra Sandra Terciotti
8. Sustentabilidade na Unilever: casos de sucesso.
Profa.Cristiane Lourenço - Coordenadora de Sustentabilidade da Unilever
9. Sistemas de informação no mundo corporativo.
Sergio Joveleviths - Diretor da Fifteen Hundred Consultoria Ltda

ANEXO 4

CAMPANHA ESEG DE COMUNICAÇÃO
(extrato)

CRONOGRAMA DA CAMPANHA

	1a Fase								2a Fase – Vestibular											
AÇÕES	AGOSTO				SETEMBRO				OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	**4**	1	2	3	4	1	**2**	3	4
Painéis rodoviários																				
Feiras e palestras																				
HOTSITE																				
Google																				
Facebook																				
Metrô																				
Jornais OESP e FSP																				
Cartazes A2																				
Especiais Vestibular - OESP e FSP																				
Rádio UOL 89FM																				
Painéis ETAPA																				
Mala direta (cartão de visita - 7500)																				

HOTSITE

FACEBOOK

Editorias

- **Faça:** posts mostrando que, com Engenharia de Produção, pode-se melhorar alguns processos e mudar a realidade.
- **Institucional:** informações sobre a ESEG, vestibular, etc.
- **Vocação/Humor:** vocação e habilidades individuais relacionadas à matérias de Engenharia de Produção, com um teor bem humorado.
- **Citações:** citações de importantes mestres, como Einstein, Newton, Steve Jobs, etc.
- **Datas Comemorativas:** datas universais ou relacionadas ao universo do futuro aluno.

Nota: Quando houver, postaremos Datas Comemorativas

Calendário de Editorias

Semana	Post 1	Post 2
1	Faça	Citação
2	Vocação	Institucional
3	Faça	Citação
4	Vocação	Institucional
5	Faça	Citação

FACEBOOK

PAINEL RODOVIÁRIO

- Imigrantes
- Ayrton Senna
- Bandeirantes
- Castelo Branco

JORNAL

METRÔ
Setembro/Outubro

RÁDIO

Setembro/Outubro

UOL 89FM - Spot 30" (de segunda a sexta, das 6h às 19h)

- Spot 1 – de 25/9/13 a 11/10/13

Você quer fazer Engenharia de Produção? Estude na faculdade que foi avaliada pelo MEC e ficou em 1º lugar entre as faculdades particulares da Grande São Paulo. Estude na ESEG – Escola Superior de Engenharia e Gestão que tem a qualidade de ensino do Grupo ETAPA. Acesse eseg.edu.br e inscreva-se! As provas do vestibular para Engenharia de Produção acontecem dia 9 de novembro.

- Spot 2 – de 14 a 18/10/13

Ouvindo rádio parado no trânsito? Um engenheiro de produção pode ajudar a desatar esse nó. Faça Engenharia de Produção na ESEG - Escola Superior de Engenharia e Gestão que foi avaliada pelo MEC e ficou em 1º lugar entre as faculdades particulares da Grande São Paulo. Inscreva-se já para o vestibular 2014. Acesse eseg.edu.br/vestibular. A prova para Engenharia de Produção acontece dia 9 de novembro. Faça a escolha certa. Faça ESEG.

- Spot 3 – de 21 a 25/10/13

Você quer fazer Engenharia de Produção? Ainda dá tempo de estudar na faculdade particular número 1 da Grande São Paulo. Estude na ESEG – Escola Superior de Engenharia e Gestão que tem a qualidade de ensino do Grupo ETAPA. Acesse eseg.edu.br e inscreva-se! A prova para Engenharia de Produção acontece dia 9 de novembro.

MALA DIRETA

Cartão de visitas